A expansão da educação inclusiva com ênfase em crianças portadoras de deficiência

Francisco Camilo da Silva[1], Rivania Oliveira de Lima[2]

[1]Professor da Licenciatura em Matemática – IFCE. e-mail: camilo@ifce.edu.br
[2]Discente do curso de Licenciatura em Matemática – IFCE campus Cedro. e-mail: rivania.oliveira09@gmail.com

Resumo: As crianças e jovens com necessidades especiais devem ter a possibilidade de estudar na escola regular, como um processo de inclusão, mas para que isso aconteça de fato, é essencial que a escola, e os profissionais que ali trabalham sejam preparados para atendê-los em todas as suas necessidades. Este trabalho tem como objetivo falar de uma educação inclusiva de alunos com deficiência seja ela mental, física, intelectual. Buscando refletir como a escola regular está preparada para incluir estes alunos e qual o seu papel diante dessa nova concepção de inclusão. Abordando temas em relação ao professor de Educação Especial, e a vivência desses indivíduos na sociedade. Sabe-se que mesmo com todas as adaptações que venha ter a escola regular para promover essa inclusão é importante que haja instituições especializadas, pois existem pessoas com deficiência, que necessita de um cuidado e um ambiente especial. Diante dos temas que serão discutidos teremos uma identificação na analise que fazemos da instituição escolar nos processos de inclusão social, percebendo que ela é a base para essa inclusão, já que essa é responsável pela ampliação da educação.

Palavras–chave: Educação especial, Inclusão social, ampliação da educação.

1. INTRODUÇÃO

As diversas instituições de ensino regular ao afirmar ser inclusiva, na realidade recebem essas crianças no ambiente escolar, mas isolam dos outros alunos ditos “normais”, não atendendo as suas necessidades especiais especificas, muitas vezes colocando-os em turmas especiais. Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços para atendimento de cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante um século, tais providências passaram a ser caracterizada como iniciativas oficiais e particulares isolados, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências.

A inclusão da educação de deficientes, da educação dos excepcionais ou da educação especial na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos cinquenta e inicio da década de sessenta do século XX. Para falar de um tipo de educação diferente, que caminha paralelo à educação regular. Atualmente a educação especial faz parte da educação geral, e a escola deve organizar-se de forma que permita aos educando a aprendizagem de conteúdos de cada nível educativo, respeitando-se suas limitações da aprendizagem dos conteúdos do currículo. Espera-se que a escola esteja preparada para atendê-los em todas as suas necessidades. Este artigo tem a intenção de mostrar as lacunas existentes para que possamos ter uma educação inclusiva.

Para que aja inclusão na escola deve-se possibilitar acessibilidade às pessoas com necessidades especiais. A comunidade escolar inclusiva precisa oferecer o fundamental que é ensinar a aprender. Precisa-se de conquistar uma educação de qualidade que é direito de todos independentes de suas limitações e de suas potencialidades.

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para contextualizar o estudo feito foram utilizadas algumas referências bibliográficas, e palavras influenciadas pelo debate dos profissionais observado durante a visita de campo realizada em maio de 2012 pelos alunos do 3º semestre do curso de licenciatura em matemática do IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará - campus Cedro á APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Iguatú – CE. Onde fomos recebidos pela diretora Lêda Couras, que nos esclareceu sobre o surgimento, objetivo e funcionamento da APAE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação inclusiva se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste á escola. Isso deve ser conseguido por meio de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas dos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável.

Um processo de preparação precisa ser estabelecido dentro da escola, em colaboração com o serviço de apoio, para introduzir alunos com necessidade especiais. O plano da escola precisa enfatizar a importância da colaboração com os pais. Eles devem ser vistos como membros importantes do processo de formação de políticas educacionais e de tomada de decisões.

Os currículos de escolas inclusivas têm habilidades de incorporar conteúdos que promovem o desenvolvimento de habilidades sociais, além do conteúdo acadêmico. Esse representa uma estrutura para os professores, os serviços de apoio e as famílias, os quais são responsáveis de forma conjunta pelo planejamento do processo educacional dos alunos. Isso facilita a Inclusão de toda. A dinâmica de uma escola inclusiva requer a constante promoção dessas habilidades.

O professor de Educação Especial

Para desenvolver uma escola que rejeite a exclusão e promova a aprendizagem sem barreiras, à escola precisa-se passar por alguns ajustes mediante o seu real objetivo que é a formação do cidadão. E um desses ajustes na formação dos profissionais da educação especial.

Para que ocorra efetivamente a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas escolas é necessário um corpo docente qualificado, pois a principal resolução das desigualdades e das diferenças, visando uma escola inclusiva, é a profissionalização e aumento das competências pedagógicas e didáticas do docente. Este seria o passo inicial para uma mudança qualitativa, tanto na educação comum, quanto na educação especial.

As leis que rege a educação de alunos com necessidades educacionais especiais são a Lei nº 4.024/61onde no Artigo 88 diz que a educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade. E outra Lei é a de nº 5.692/71, posteriormente alterada pela Lei nº 7.044/82 (sem modificação ao artigo referente á educação especial), consta no Capítulo 1, Artigo 9º que os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontra em atraso considerável quanto á idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial.

Diante desse fato , como se sente o professor de classe regular perante essa nova realidade, a de ter em sua sala alunos com necessidade educacionais especiais? Que influência tem o trabalho do professor, no desenvolvimento do processo educativo?

Daí se dar uma preocupação com a preparação de profissionais (técnicos e professores) nas

várias manifestações de excepcionalidade e com a instalação e melhoria de escolas especializadas nos diversos sistemas de ensino. É evidente que são necessários professores com especialização adequada para atendimento especializado que possa aplicar métodos de ensino, os quais melhoram os aspectos educacionais e sociais da inclusão, assim como, professores do ensino regular que estejam capacitados para a integração desses educando nas classes de ensino regular. O artigo 59 da LDB, afirma como necessária a função do professor especializado a fim de que se possam garantir os princípios da educação inclusiva.

É importante destacar que o professor tem total influência no desenvolvimento intelectual dos alunos, é claro que cada indivíduo tem um ritmo de aprendizagem diferente, uns desenvolve intelectualmente mais rápidos e outros mais lentos, e essas limitações não se dar apenas com alunos portadores de necessidades especiais, mais sim com todos os indivíduos sujeitos a aprendizagem. “O desenvolvimento é algo individual e único, cada ser humano se desenvolve num ritmo diferente e peculiar”. Braghirolli, 2003, p. 154.

A Escola Perante a Inclusão

A escola inclusiva originou-se do movimento REI (Regular Education Initiative) surgido nos Estados Unidos, em meados da década de 1980, seus objetivos era unir a educação especial e a educação em um único sistema e educar o maior número possível de alunos com deficiências nas salas de ensino comum, compartilhando das mesmas oportunidades e recursos de aprendizagem.

Durante mais de 25 anos, a Educação Especial teve normas fixadas pelo conselho de Educação, inspirada na Constituição vigente, no artigo 9° da lei n° 5.692/71 e nos pareceres do Conselho Federal de Educação. E, ainda que não totalmente satisfatório estes textos de lei serviram para evidenciar o direito á escola das pessoas deficientes, socialmente tidas como incapazes de ter os mesmos direitos de cidadania. Com a divulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Darcy Ribeiro), n° 9.394/96, reafirma-se o direito á educação pública e gratuita de pessoas com necessidades especiais.

Diante desse fato a escola deve ter apoio de especialistas, se adaptado ás necessidades de todos os alunos, interver de forma direta em sala de aula de ensino comum, tendo uma nova organização escolar, propondo a colaboração, e o profissionalismo docente especializado. Isso implica a adoção de um currículo comum, com adaptações relacionadas ás distinções dos alunos, promovendo a atividade cooperativa.

A proposta de uma escola inclusiva busca uma integração entre os conhecimentos derivados de ambos os sistemas. Portanto a formação do docente de educação tem de ser mais especializada para atender á diversidade do aluno.

De fato para ter uma educação inclusiva deve-se ocorre uma transformação na sociedade uma compreensão que poderemos vir a ter sobre as relações sociais de modo geral, onde a exclusão realmente não mais ocorra. E, para isso, através de condições humanas criadas no ambiente escolar, poderíamos começar a exercer uma prática pedagógica onde a inclusão pudesse começar a ser uma realidade.

6. CONCLUSÕES

Mesmo que a educação de forma geral se desenvolva em passo lento, ainda assim temos que apostar em uma escola de educação inclusiva, que mostre a capacidade e o potencial que crianças “especiais” têm e desenvolve gradativamente de acordo com o seu ritmo e suas limitações. Uma escola que promova a educação sem barreiras, com responsabilidade de organizar-se, ao repassar aos

educando os conteúdos, respeitando o nível educativo do individuo, se adequando ás necessidades dos mesmos.

O enfoque atual é fazer com que estas crianças aprendam conceitos básicos para que funcione o melhor possível dentro da sociedade. As escolas especializadas, atualmente, individualizam o tratamento para cada criança, tornando assim o aprendizado bem mais específico e eficiente.

Este trabalho mostrou que para ter uma educação conjunta de qualidade é necessária uma base adequada, um corpo docente qualificado e para isso ocorrer deve existir ações governamentais comprometidas com esse processo de mudanças e adaptações. Também é imprescindível que a sociedade aprenda a conviver com a diversidade humana, através da compreensão e cooperação para que ocorra realmente uma inclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Francisco Camilo da Silva, por toda dedicação, a minha amiga Marcilane Alves dos Santos por seu companheirismo e em especial a minha mãe Senhora Raimunda por todo carinho e confiança.

REFERÊNCIAS

[1]http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=61.

[2]http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_6650/artigo_sobre_inclusao_e_exclusao_de_deficientes_na_sociedade.

[3]http://www.artigonal.com/educacao-artigos/inclusao-social-4043755.html.

[4]Mazzotta. S. J. M. **Educação Especial no Brasil**, História e Políticas Públicas. 5ª ed.

[5]PACHECO, J. (org.). Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. **Caminhos Para a Inclusão**. 1. ed.

[6]RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação,** doze olhares sobre a educação inclusiva. 1. ed.